



Assembleia Municipal de Monchique

ACTA N.º **01 / 200** 8

SESSÃO ¹ ORDINÁRIA **REALIZADA**

NO DIA 29 **DE** FEVEREIRO **DE 200** 8

¹ Extraordinária ou ordinária conforme os casos

Acta número 1/2008

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 29 de Fevereiro de 2008.-----

Aos 29 dias do mês de Fevereiro do ano de 2008, pelas 21h23, nesta vila de Monchique, no edifício dos Paços do Município e Salão Nobre da Câmara Municipal de Monchique reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão apazada para as 21h00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, Fernando Reis Luís e secretariada por Mário Manuel Papuchinha David, Primeiro Secretário da Mesa e por José Alves Francisco, por indicação do Presidente da Assembleia Municipal, que não mereceu objecções da parte do Plenário, por o lugar de Segundo Secretário se encontrar vago.-----

Esteve presente o Presidente da Câmara Municipal de Monchique, Carlos Alberto dos Santos Tuta.-----

Assistiram à sessão os vereadores do PSD, António José de Jesus dos Santos Francisco e Rui Patrício dos Ramos Andrez.-----

Pelas 21h23 o Primeiro Secretário da Mesa procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

Do PS: José Manuel da Silva Furtado, Carlos Bruno Correia de Almeida, António Silvestre da Silva Nunes, Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho, Luís Filipe da Silva Bebiano, Maria da Graça Cerro Batalim da Mota e João Humberto Sequeira Poucochinho; **do PSD:** Francisco José Martins Freitas, Paulo Alexandre Duarte Rosa e Luís Filipe de Carvalho Grade.-----

O Presidente da Mesa, verificando que havia quorum declarou aberta a sessão.-----

Votação da acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 28 de Dezembro de 2007.-----

O Presidente da Mesa solicitou a dispensa da leitura da acta da sessão ordinária número 6/2007, realizada em 28 de Dezembro de 2007, que fora

atempadamente enviada aos membros para apreciação, junto à convocatória para a presente sessão, tendo também questionado o Plenário por eventuais objecções ou comentários ao conteúdo da mesma.-----

O membro Francisco Freitas referiu que entregara três requerimentos dos quais se mencionara a sua anexação às actas, contudo não os vira junto com o documento que fora distribuído para apreciação.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse ao membro que os anexos não eram, obviamente, distribuídos juntamente com as cópias da acta.-----

Após este esclarecimento teve lugar a votação da acta referida.-----

Contabilizados os votos verificou-se a sua aprovação, por maioria, com as abstenções dos membros Francisco Freitas e Luís Bebiano.-----

Pelas 21h28 deram entrada na sala os membros Fernando António Andrez Várzea e António Manuel Rodrigues Venda, passando desde este momento a integrar os trabalhos da sessão.-----

Leitura do expediente: Nos termos do estatuído na alínea n) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea b) do nº2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente: ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 194, de 14 de Janeiro de 2008, com o envio de actas de reuniões do Executivo Municipal; Ofício da Assembleia Municipal de Aljezur, com a referência 344, de 28 de Dezembro de 2007, registado com o nº 3, com o envio de moção aprovada naquele órgão autárquico, subordinada ao tema “Moratória à dispersão de OGM”; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 1, de 2 de Janeiro de 2008, registado com o n.º 4, com o boletim ANMP n.º 164, referente a Dezembro 2007; Ofício da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, com a referência 2, de 4 de Janeiro de 2008, registado com o nº 5, prestando informações sobre “Projecto de Lei nº 431/X – Lei eleitoral das autarquias locais; ofício da Câmara Municipal do Seixal, com a referência 1171, de 14 de Janeiro de 2008, com o envio de moção aprovada naquele órgão autárquico, subordinada ao tema “Projecto Lei – Lei eleitoral dos órgãos da autarquias locais”; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 6, de 15 de Janeiro, registado com o nº 7, solicitando comentário sobre projectos de alteração da Lei Eleitoral das autarquias locais, da autoria do PCP e do CDS-PP; ofício

da Direcção Regional de Economia do Algarve, com a referência 392, de 17 de Janeiro de 2008, registado com o nº 8, com o envio de documentação para deliberação da Comissão Municipal de Monchique, sobre a instalação de estabelecimento comercial 'Intermarché'; ofício da Assembleia Municipal de Aljezur, com a referência 46, de 23 de Janeiro de 2008, registado com o nº 9, com o envio de tomada de posição daquele órgão autárquico sobre "criação de medidas preventivas aplicáveis a vários empreendimentos no município de Aljezur"; Fax da Direcção Regional de Economia do Algarve, com a referência 14, de 24 de Janeiro de 2008, registado com o nº 10, com a convocatória para reunião da Comissão Municipal de Monchique; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 12, de 30 de Janeiro de 2008, registado com o n.º 11, com o boletim ANMP n.º 165 referente a Janeiro de 2008; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 16, de 1 de Fevereiro de 2008, registado com o n.º 12, com o boletim ANMP n.º 165 referente a Janeiro de 2008; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 16, de 1 de Fevereiro de 2008, registado com o nº 12, com a análise feita pelo Conselho Geral da ANMP, do Projecto de Lei nº 431/X; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 21, de 13 de Fevereiro de 2008, registado com o nº 13, informando sobre o parecer da ANMP relativo à reforma do mapa judiciário; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 676, de 26 de Fevereiro de 2008, registado com o n.º 14, com a informação escrita do Presidente da Câmara a ser presente à sessão da Assembleia Municipal.-----

Justificação de faltas: carta de Maria da Graça Moreira da Silva Mira, sem referência e sem data, registada com o nº 1, com justificação para a sua falta à presente sessão e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte nas listas apresentadas pelo Partido Socialista à eleição da Assembleia Municipal de Monchique.-----

A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificada a falta daquele membro da Assembleia.-----

Atingido o período limite para o registo de assiduidade, é o seguinte o quadro de presenças à presente sessão.-----

-----**Presenças:**-----

Força política	Nome
PS	Fernando Reis Luís
PSD	Fernando António Andrez Várzea
PS	José Manuel da Silva Furtado
PS	João Humberto Sequeira Poucochinho (em substituição de Maria da Graça Moreira da Silva Mira)
PS	Carlos Bruno Correia de Almeida
PS	Mário Manuel Papuchinha David
PSD	Francisco José Martins Freitas
PSD	Paulo Alexandre Duarte Rosa
PS	António Silvestre da Silva Nunes
PSD	Luís Filipe de Carvalho Grade
PS	José Alves Francisco
PS	Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho
PS - Pres. Junta de Freguesia de Alferece	Luís Filipe da Silva Bebiano
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	Maria da Graça Cerro Batalim da Mota

Faltas:-----

Força política	Nome	documento justificativo
PSD	Rui Miguel da Silva André	Não apresentou
PS	Maria da Graça Moreira da Silva Mira	Apresentou solicitando substituição
PS	António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Não apresentou
PSD – Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleite	Paulo Jorge Martins Teodoro	Não apresentou

O Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à reunião havida da Comissão Municipal de Monchique para que fora convocado (cf. Fax da Direcção Regional de Economia registado com o nº 10), explicou ao plenário que, por inerência de lugar político pertencia àquela comissão e, nessa condição, estivera presente na reunião aludida, a propósito da prevista instalação de

M
A

uma superfície 'Intermarché' em Monchique, mas a sua posição fora a de abster-se, porque entendera não estar devidamente mandatado pelo plenário para se pronunciar, não obstante o ter sido no mandato anterior. Disse ainda que deveria ter agendado a eleição do segundo secretário da Mesa mas por diversas contingências tal não sucedera, esperando poder tratar esse assunto na próxima sessão do órgão deliberativo.-----

Seguidamente deu-se entrada ao **Período de Antes da Ordem do Dia**.-----

Falou o membro Francisco Freitas, do PSD, começando por referir que na sessão anterior fizera, em nome da sua bancada, a entrega à mesa de três requerimentos escritos subordinados aos temas: 'Inventariação dos edifícios públicos com amianto', 'Remoção do amianto' e 'Vigilância epidemiológica nos locais de trabalho' para serem encaminhados para o Presidente da Câmara, não tendo obtido até ao momento qualquer resposta da parte deste e assim solicitava saber o porquê dessa demora.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse ao membro que os documentos tinham sido encaminhados ao Presidente da Câmara e este, estando presente, poderia dar a resposta, se o entendesse, no decurso do período da Ordem de Trabalhos, já que não lhe competia usar da palavra no período de antes da ordem do dia.-----

Não havendo mais inscrições para uso da palavra relativos a este ponto e não havendo mais nada a tratar deu-se o mesmo por encerrado e deu-se entrada ao **Período da Ordem do Dia**.-----

Ponto um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Após a introdução deste ponto, cujo documento passa a constituir o anexo n.º 1/2008 às actas, o Presidente da Assembleia Municipal inquiriu o Presidente da Câmara se este pretendia complementar a informação escrita. Falou o Presidente da Câmara dizendo querer acrescentar alguns dados e bem assim responder aos requerimentos do PSD, os quais contudo não podiam ser entendidos como de resposta rápida já que inclusivamente solicitavam acções que não eram imediatas. Começou assim dizendo que, de acordo com o relatório da empresa especializada que fizera a análise da escola EB 2,3 de Monchique, para a Direcção Regional de Educação, o telhado desta não representava perigo pois os níveis medidos ficavam aquém dos parâmetros do valor limite de exposição (VLE) preconizados pela OMS e pela directiva comunitária – os quais não proibiam

taxativamente o amianto, como alegado pelo membro, mas delimitavam parâmetros -. A Câmara, por sua vez, encomendara os serviços de uma empresa para a medição dos valores de fibras respiráveis de amianto dos telhados em fibrocimento dos edifícios públicos sob a sua alçada que eram a escola EB 1 de Marmeleite e os armazéns e oficinas municipais, e aguardava o relatório. Na altura em que a gestão do edifício da escola EB 2, 3 de Monchique passasse para a autarquia pensar-se-ia na possibilidade de contratar serviços para nova medição daqueles valores. Prosseguiu falando da 15ª edição da Feira dos Enchidos de Monchique, cuja abertura teria lugar no dia de amanhã. Para este certame havia novidades que pretendia dar a conhecer ao plenário. Disse assim que este ano a feira iria dispor de mais espaço para acomodar cinco produtores de pastelaria, dois de mel, um de amendoim da zona de Marmeleite, cinco de aguardente de medronho, já com o respectivos alvarás de produção e de entreposto comercial e mais a respectiva associação, três produtores de pão e sete de enchidos tradicionais, para além da representação das associações da sociedade civil. A preparação do evento vinha sendo levada a efeito desde Setembro transacto com múltiplas reuniões entre a Câmara enquanto organizador e as diversas entidades que têm a ver com o processo, como a Alfândega de Faro e a delegação regional da ASAE. Dessas reuniões houve resultados positivos sendo que essas entidades inclusivamente solicitaram informações sobre os modos de fazer da Câmara no que respeita a rotulagens e à formação ministrada aos expositores, para eventualmente servirem de modelo para outros eventos no país. Por seu lado, para a edição deste ano, a dinâmica de publicitação e promoção do evento sofrera melhoramentos consideráveis, já que a RTA, em lugar do costumado subsídio em dinheiro, disponibilizara muitos dos seus 'placards' para a divulgação do evento, que assim tinha este ano uma visibilidade muito superior à de outros anos; a autarquia também fizera, da sua parte, uma aposta substancial na divulgação do evento através da criação de 'spots' publicitários a passar em televisão e rádio; promovera devidamente o evento na edição do ano corrente da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e aguardava a realização de diversas emissões radiofónicas em directo a partir da feira no dia de amanhã após a abertura oficial presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e das Autarquias Locais, Dr. Eduardo Cabrita. Continuou a sua intervenção dizendo que a Câmara Municipal e a sua pessoa, aproveitando o ensejo da entrada em vigor do PROTALgarve e a iminente alteração do PDM de Monchique, e

levando à prática uma ideia havida há já algum tempo, estavam a preparar uma 'workshop' a ter lugar na estalagem 'Mons ciccus' para a demonstração das potencialidades do concelho no concernente a investimento e para a qual tinham sido convidados representantes de diversos grupos económicos, ligados na sua maior parte ao sector do turismo, e outros parceiros estratégicos, bem como proprietários do concelho, a maioria dos quais tinha já confirmado a sua presença. Dois desses grupos já tinham projectos em execução em Monchique que, quando concretizados, iriam assegurar directamente algumas centenas de empregos e gerar outros na fileira lateral. No decorrer do mesmo evento seria apresentado também o projecto da central de biomassa pelo responsável da EDP Bioelétrica; esta obra quando em pleno funcionamento garantiria também cerca de 50 empregos directos e mais cerca de 150 indirectos na componente florestal. Os convidados que declinaram a presença fizeram-no não por estarem desinteressados, mas por terem compromissos agendados para a data, embora tenham manifestado conveniência em agendar oportunamente uma reunião com o Presidente da Câmara. Terminou a sua intervenção dizendo que esta era uma forma que a autarquia dispunha de promover o concelho com vista a atrair investimento que é motor de desenvolvimento.-----

Falou o membro Luís Grade, do PSD dizendo que os ventos políticos estavam de feição não só para a Feira dos Enchidos de Monchique mas para todas as feiras do país, pois fora publicada uma circular referente aos regulamentos 852/2004, e 1153, que criava o conceito de Cozinhas Domésticas, um procedimento mais simplificado das cozinhas tradicionais que permitia que mais produtores trabalhassem, se bem que numa componente mais sazonal, na elaboração de géneros alimentícios de produtos animais e, nessa perspectiva, talvez as próximas edições do certame já pudessem contar com mais alguns expositores.-----

Falou o membro António Venda, do PSD, tendo perguntado ao Presidente da Câmara quais, de entre os vários convidados para a 'workshop', já tinham dado indicações concretas de pretenderem investir em Monchique.-----

Falou o membro Francisco Freitas, tendo dito que conquanto o espírito latino fosse propenso a interpretar as coisas à sua maneira peculiar, a directiva comunitária era clara na proibição à comercialização e utilização de amianto e, aparentemente, o Estado português não estava a cumprir essas normas. Depois o Presidente da Câmara dissera que um requerimento não se

responde de um dia para outro mas no entanto tinham passado 61 dias desde a sua entrada e nem sequer se fizera uma referência a isso na documentação enviada para os membros do plenário, o que indicava claramente que aquele não fizera o seu trabalho de casa e estava agora a justificar-se desta forma. Todavia alguém teria de ter a coragem de levar este assunto para a frente e Monchique não iria ficar no esquecimento e, da sua parte, tal não iria acontecer.-----

Falou o membro Carlos Almeida, do PS, começando por dizer que, pela intervenção do membro Francisco Freitas dava a ideia que o plenário tinha uma espécie de ASAE interna, pois há duas sessões que aquele repisava o assunto do amianto, não obstante o Presidente da Câmara ter explicado o que se passava e todos terem já percebido que a autarquia estava a levar a efeito as acções entendidas adequadas, das quais daria conhecimento à Assembleia na altura devida. Entendia que o membro, ao recusar perceber isto, estava a cumprir o seu papel político de opositor de tentar pressionar e fazer arrastar o tema, embora isto não viesse a resolver qualquer problema.- O membro Francisco Freitas replicou que Portugal era membro da Comunidade Europeia desde 1986 e se o era para umas coisas deveria sê-lo para outras também. Estando em causa uma norma de saúde pública, por que razão o país não tinha capacidade para a agir devidamente neste campo. Quanto a si não pretendia torneir a questão para não deixá-la cair no esquecimento.-----

Falou o Presidente da Câmara começando por dizer que o membro Francisco Freitas estava a confundir as coisas pois o Estado Português transpusera devidamente para a lei nacional a directiva comunitária. Seguidamente, dizendo pretender desmontar a demagogia do senhor membro, transcreveu oralmente alguns excertos do relatório da análise efectuada em 2007 à escola EB 2, 3 de Monchique bem como da acreditação do laboratório da empresa SAGIS que efectuou aquela análise, referindo a conformidade dos parâmetros avaliados com os definidos no decreto lei nº 266/07, de 24 de Julho que é a transcrição para o direito português da directiva 18/2003CE. Após esta transcrição disse que o Estado Português adaptara devidamente a directiva comunitária e assim era mentira o que o membro dizia. Disse ainda que este assunto ficava, da sua parte, encerrado com esta intervenção. Depois reportou-se à intervenção do membro António Venda dizendo-lhe que 'workshop' não servia para se ficar a saber quem queria investir mas tão só para tentar captar hipotéticos investidores. Referiu-se depois à

ny

intervenção do membro Luís Grade dizendo que o conceito de Cozinhas Domésticas, fruto de uma recente orientação do Ministério da Agricultura, segue o mesmo critério de regras que a Câmara de Monchique já utiliza para licenciar as Cozinhas Tradicionais, contudo, o que lhe dava maior satisfação era o facto de ter sido um governo do PS a pôr em prática esta política que já era reivindicada há muito, não obstante a Câmara de Monchique já o fazer localmente.-----

Falou o membro Francisco Freitas dizendo que acabara de ser apelidado de mentiroso por estar a defender a saúde pública, circunstância que registava, sem no entanto recear tal alcunha. Continuava contudo a ter dúvidas sobre o decreto-lei aludido que considerava uma adaptação tardia e despropositada da norma comunitária. Disse que, para lá do que se legisla em Lisboa há outras maneiras e posturas de abordar as questões e ignorá-lo é uma forma de torneá-las e evitá-las. Terminou dizendo que no final desta 'guerra' ver-se-ia quem era mais mentiroso. -----

-Falou o membro António Venda dizendo que não solicitara uma informação taxativa sobre quem iria investir mas tão só sobre quem já poderia ter dado indicações de poder investir. Lembrava a esse propósito que, há cerca de um ano, o Presidente da Câmara já dissera no plenário que estivera com uns empresários russos a discutir investimentos em Monchique e que agora mencionara um investimento que iria criar cerca de cem empregos. Falou depois da polémica do amianto dizendo que a situação já vinha sendo discutida desde o tempo do anterior executivo recordando uma sessão de câmara em que o Presidente da Câmara garantira ao pai de um aluno que estava presente não haver problemas com o telhado da escola E B 2, 3 de Monchique; também numa sessão da Assembleia, a Presidente da Junta de Freguesia de Monchique já referira os testes efectuados pela empresa SAGIS, tendo dito que estes davam garantias de não haver problemas.-----

Atalhou o Presidente da Câmara confirmando que o pai de um aluno daquela escola, o senhor Sobral, a mando de alguém conhecido, estivera numa reunião da Câmara, onde lhe fora explicado o teor do relatório sobre o telhado da escola, todavia, esse senhor, sorrateiramente, conseguiu introduzir-se na escola e retirar uma peça. Depois, dirigindo-se ao membro Francisco Freitas disse-lhe que, se continuava interessado em manter essa guerra, que o fizesse.-----

Replicou o membro Francisco Freitas perguntando ao Presidente da Câmara se este o estava a desafiar.-----

O Presidente da Câmara ripostou dizendo que, desafio seria uma gestão digna de uma escola e que o membro deveria deixar-se de 'tretas'.-----
Ripostou o membro Francisco Freitas manifestando-se indignado por aquele tratamento.-----

O Presidente da Assembleia Municipal fez ponto de ordem dando a palavra ao Presidente da Câmara para este prosseguir a sua intervenção, mas o membro Francisco Freitas perguntou-lhe se achava normal um tratamento que ultrapassava todos os limites da ética.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse ao senhor membro que não lhe competia esse julgamento mas apenas coordenar os trabalhos.-----

Proseguiu o Presidente da Câmara dirigindo-se ao membro António Venda dizendo que quem vive permanentemente em Monchique está ao corrente dos investimentos que já estão a ser feitos no concelho. A 'workshop' respondia também a questões, algumas bastante específicas, já colocadas por diversos empresários, mostrando-lhes as possibilidades que o novo PROT, conjugado com os diversos instrumentos de planeamento e com as condicionantes naturais poderia proporcionar. -----

O membro Carlos Almeida comentou que lera numa publicação que a Central de Biomassa de Monchique estaria concluída em 2012 e assim perguntava se era essa efectivamente a data prevista.-----

Respondeu o Presidente da Câmara dizendo que houvera um equívoco da jornalista na interpretação do que o engº Gil Patrão dissera. O que este disse foi que a licença de produção de electricidade tinha validade até 2012. Contudo a sua pessoa, Presidente da Câmara, já dissera que pretendia ver a central em funcionamento antes de 2010.-----

Falou o membro António Venda dizendo desconhecer a circunstância de que o Presidente da Câmara falara relativa ao senhor Sobral conquanto se lembrasse bem da sessão do Executivo que referira pois nessa o Presidente da Câmara referira-se à sua pessoa dizendo que não era gente. Quanto à insinuação sobre quem mora ou não no concelho considerava-a descabida e despropositada pois nem o Presidente da Câmara tinha nada a ver com a sua morada nem ele não tinha nada a ver com a morada do Presidente da Câmara. -----

Não havendo mais nada a tratar e não havendo público inscrito para intervir deu-se por encerrada esta sessão da Assembleia Municipal pelas 22h40 do dia 29 de Fevereiro de 2008, da qual se lavrou esta acta que depois de lida,

discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia.-----

Leonardo Reis Lima
Reis Lima
[Signature]
Georgina da Silva